

Quarta-feira, 14 de Janeiro de 2009 - Estrasburgo

Situação no Corno de África (debate)

Ana Maria Gomes, em nome do Grupo PSE . - O Conselho e a Comissão devem tirar consequências do facto de, como resulta da percepção deste Parlamento, os governos dos países do Corno de África não estarem a agir em conformidade com as suas obrigações nos termos do artigo 9.º do Acordo de Cotonu. Direitos humanos, democracia e boa governação são palavras vãs. Só não vê quem não quer ver.

Na Etiópia, por exemplo, que é a sede da União Africana, a opressão do povo faz-se a coberto de uma retórica bem sonante aos ouvidos dos doadores, mas não menos crua e despudorada.

Dois episódios recentes...

A 29 de Agosto, a Sra. Birtukan Midekssa, líder de um partido com assento parlamentar, foi de novo detida e sentenciada a prisão perpétua por ter recusado afirmar publicamente ter pedido o perdão de que o Governo de Meles Zenawi se serviu para a libertar em 2007, bem como a muitos outros dirigentes políticos da oposição detidos desde as eleições de 2005.

Segundo: a aprovação pelo Parlamento etíope da chamada Lei das ONG, que, na prática, criminaliza todo o trabalho de ONG independentes.

Não há transição para a democracia na Etiópia, Senhora Comissária, e agradeço que diga isso ao seu colega Louis Michel.

Na Eritreia, é ainda mais sem-vergonha a sanha do Governo contra quem tente exercer os mais básicos direitos humanos.

Quanto à Somália, actualmente a mais grave situação em todo o Corno de África, é criminoso o desinteresse internacional, União Europeia incluída, pela sorte do povo de um país onde há décadas não há lei nem ordem e tropas etíopes puderam ocupar impunemente e cometer crimes impunemente, e onde florescem piratas e grupos terroristas.

A missão naval da União Europeia nada resolverá se a União Europeia, os Estados Unidos, a ONU e a União Africana continuarem a ignorar as causas da pirataria, que estão radicadas e se combatem em terra e não no mar.

A região não terá estabilidade nem progresso sem que sejam também resolvidos os dramáticos conflitos que continuam a assolar o Sudão, em especial no Sul e no Darfur, e onde a retórica da comunidade internacional, União Europeia incluída, precisa de ser traduzida em acção decisiva para proteger as populações civis atacadas e para acabar com a impunidade dos criminosos.

Nesse sentido, a possível confirmação da acusação do Tribunal Penal Internacional ao Presidente Omar Bashir será também um teste à credibilidade e eficácia tanto da União Europeia como da União Africana.